

# Presidente da Bolsa de SP teme um golpe

21.05.1988  
p4-

"Se não nos alertarmos e mobilzarmos, a sociedade brasileira poderá voltar ao regime militar, o que seria o 'buraco negro' para todos". O alerta foi feito ontem em Porto Alegre pelo presidente da Bolsa de Valores de São Paulo e do Movimento Democrático Urbano, Eduardo Rocha Azevedo. Azevedo está no Rio Grande do Sul, a convite da Federação dos Jovens Empresários e vem fazendo uma grande pregação para que os empresários se envolvam na política, inclusive com o patrocínio de candidatos nas próximas eleições.

Eduardo falou mais aos empresários gaúchos sobre política que sobre mercado de capitais, alertando que esta deve ser a grande preocupação hoje. Ele apresentou o Movimento Democrático Urbano, negando que ele seja a versão urbana da UDR, mas admitindo que os dois movimentos "podem andar juntos no futuro". Ele disse que o MDU vai concentrar esfor-

ços para a eleição de vereadores nos Estados do sul do País, e disse que pode apoiar Guilherme Afif Domingues para a Prefeitura de São Paulo.

Na pregação de Azevedo não faltaram críticas à Constituinte, especialmente ao tabelamento dos juros em 12 por cento ao ano, que ele acha que não será respeitado, mas que se vingar "vai determinar a quebra dos bancos, a começar pelos estatais". Este alerta ele transmitiu ao governador gaúcho Pedro Simon, com quem se encontrou pela manhã.

Eduardo Azevedo criticou ainda a concentração excessiva do mercado de capitais brasileiro, que considera "muito perigosa, por concentrar as grandes ações nas mãos de poucos investidores". Ele é contrário também ao modelo que vem sendo seguido na privatização de empresas estatais e na conversão da dívida externa em investimentos, que acha muito fechada.

## Cassados lutam por anistia

Desmistificar a "síndrome do golpe". Esta é a principal estratégia que vem sendo utilizada pela Federação das Associações de Defesa da Anistia (FADA), para garantir a aprovação de suas principais propostas na Constituinte: direito de reintegração dos militares cassados ao serviço da ativa; direito às promoções que teriam durante todo o tempo afastado; e indenização pelos danos causados pelo afastamento compulsório.

"Ninguém, nas Forças Armadas, se engajaria num movimento golpista por causa de uma simples anistia, que é na verdade um gesto tardio de justiça", falou o capitão de fragata Paulo Henrique Ferro Costa, coordenador em Brasília do movimento pela Anistia. Ele disse ainda ter ficado surpreso com as declarações feitas ontem pelo ministro Leônidas Pires, considerando despropositadas as pretensões dos militares cassados durante o regime militar.

Segundo ele, a estratégia que a FADA tem utilizado e vai continuar utilizando para assegurar o atendimento das suas reivindicações é de convencimento dos constituintes sobre a inutilidade de se criar um clima artificial que possa transmitir-lhes insegurança e um fenômeno "conhe-

cido como síndrome do golpe". Ferro informa que todo o trabalho dos cassados está assentado "na desmistificação do golpe militar".

A defesa da Anistia, no caso dos militares, é, na opinião de Ferro Costa, uma questão de princípio: "A carreira militar é projeto de vida — como a honra — por essa razão, todos deverão estar engajados nessa luta, tanto os militares da ativa quanto os cassados e da reserva. É uma luta pela inviolabilidade da patente". De acordo com informações do ex-capitão de fragata, existem hoje no Brasil cerca de três mil militares nessa situação.

A questão da Anistia será tratada quando da votação das Disposições Transitórias. Até agora, Ferro considera que existem duas situações: uma que facilita a negociação, pelo grande número de emendas e possibilidades oferecidas, e outra que é a de se transferir a decisão para o Judiciário. No entanto, ele informa que há uma emenda de autoria do deputado Aloysio Teixeira (PMDB-RJ), que já conta com a assinatura de 516 parlamentares. Seu texto permite a revisão dos atos punitivos e fixa prazo de 120 dias para que o Supremo Tribunal Federal profira a sua decisão.

## Magri vê duas Constituintes

São Paulo — Não importa se a Constituinte representou um avanço ou não nas questões trabalhistas, porque o movimento sindical considera que a grande Constituinte é feita nas convenções coletivas e na regulamentação de forças que antecede os acordos coletivos. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Antonio Rogério Magri, no participar do seminário "A Constituinte e as Relações Trabalhistas: Avanço ou Retro-

cesso?", promovido pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Embora reconheça que em alguns pontos a nova Constituição representará avanços, referentes à licença-maternidade de 120 dias e à jornada de 44 horas semanais, Magri acredita que outros serão modificados pela lei complementar, como a obrigatoriedade de turnos de seis horas para empresas com atividade ininterrupta ou a licença-paternidade de oito dias.